

RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.685 - SP (2018/0337104-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : R N T DE S
ADVOGADO : EUGENIO CARLO BALLIANO MALAVASI - SP127964
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : M N L - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO
RECORRIDO : R C T I - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO
ADVOGADOS : ROBERTO VON HAYDIN - SP013089
SOLANGE IZIDORO DE ALVORADO FERNANDES - SP143101

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **R N T DE S**, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça local, assim ementado:

"DUPLO HOMICÍDIO QUALIFICADO. Apelação interposta por assistentes de acusação contra decisão absolutória. Arguição de nulidade por violação da soberania dos veredictos. Acusação e defesa que desistiram da produção de quaisquer provas em plenário e, juntas, pediram a absolvição dos réus. Nulidade verificada. Violação da soberania dos veredictos. Evidente acordo entre defesa e acusação para pleitearem a absolvição, com dispensa de todas as testemunhas e das providências requeridas dias antes da sessão, além do silêncio em interrogatório, aparentemente registrado apenas *pro forma*. Postura que impede que os jurados tomem decisão autônoma e pessoal, pois só lhes é facultado conhecer os elementos escolhidos pelo Promotor e que lhes são apresentados junto da sua interpretação pela absolvição. Ainda que seja lícito ao representante ministerial pleitear a absolvição, não pode fazê-lo impedindo que os jurados cheguem às suas próprias conclusões, desistindo de toda a instrução. Apelo provido para anular a decisão absolutória e determinar a realização de novo julgamento pelo Tribunal do Júri." (e-STJ, fl. 3.504)

Opostos aclaratórios contra a decisão, foram desprovidos, em acórdão com a seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Alegada omissão da indicação dos dispositivos legais violados. Inocorrência. Acórdão que claramente indica as razões da anulação da decisão proferida pelo Tribunal do Júri Popular. Desnecessidade de menção expressa aos respectivos artigos, cuja indicação cabe ao recorrente nas razões de recurso especial ou extraordinário.. Alegação de violação do entendimento sumulado pelo C. STF sob nº 713 ("O efeito devolutivo da apelação contra decisões do júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição"). Inocorrência. Razões de apelação que devolveram expressamente ao Tribunal a questão da nulidade que terminou reconhecida. Irrelevância da

menção exprás no recurso apenas à alínea d do inciso III do art. 593 do CPP. Embargos rejeitados."

No especial, alega a recorrente violação aos arts. 381, III, e 619, ambos do CPP, argumentando, em suma, omissão no acórdão recorrido, que não teria se pronunciado acerca dos dispositivos legais e constitucionais pertinentes, para o fim colimado de prequestionamento.

Sustenta, ainda, que a apelação foi interposta com fundamento no art. 593, "d", do CPP, e julgada com amparo na alínea "d" do mesmo dispositivo, o que violaria o princípio da devolução estrita, expresso no enunciado 713 da Súmula do STF.

Contrarrazões às fls. 3.627-3.638 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento (e-STJ, fls. 3.695-3.700).

É o relatório.

Decido.

Não há falar em violação ao art. 619 do CPP, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma clara e lógica sobre o fundamento da conclusão adotada, inexistindo obrigação de alusão ao dispositivos legais ou constitucionais invocados pelas partes.

No ponto:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. MENÇÃO EXPRESSA A TODAS AS TESES E DISPOSITIVOS LEGAIS INVOCADOS PELAS PARTES. DESNECESSIDADE. INCONFORMISMO COM O RESULTADO DE MÉRITO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Deve o Juiz formar livremente o seu convencimento, expondo os motivos que o conduziram à decisão, de forma clara e lógica, inexistindo obrigatoriedade de alusão pontual e expressa aos dispositivos federais ou constitucionais invocados pelas partes, desde que as questões discutidas tenham sido enfrentadas.

2. Os embargos de declaração servem ao saneamento do julgado eivado de um dos vícios previstos no art. 619 do CPP, e não à revisão de decisão de mérito que resultou desfavorável.

3. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no AgRg no REsp 1.633.987/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 02/05/2018)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. SONEGAÇÃO FISCAL. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. FATO DENUNCIADO QUE EVIDENTEMENTE NÃO CONSTITUI CRIME. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO. EMBARGOS ACOLHIDOS. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. Esta Corte Superior admite "o prequestionamento implícito, em que não há menção expressa aos dispositivos, mas se debate o conteúdo

da norma tida como vulnerada, sendo esse o caso dos autos" (AgRg no REsp 1747006/MS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 25/09/2018). Precedentes.

(...)"

(EDcl no AgRg no REsp 1.702.215/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 02/09/2019)

Quanto à cogitada violação ao art. 381, III, do CPP, anota-se a seguinte passagem do acórdão recorrido:

"Por esses motivos, concluo que estão com a razão os assistentes da acusação quando se insurgem contra a absolvição proferida em maio de 2016, oportunidade na qual, dos jurados, foi tolhido o efetivo conhecimento da causa, o que considero causar nulidade insanável a demandar novo julgamento, nos termos do artigo 593, inciso III, alínea *a*, do Código de Processo Penal.

Ainda que os apelantes aleguem em alguns momentos que a decisão seria contrária às provas dos autos, está-se, aqui, reconhecendo a nulidade por eles invocada, questão processual que prefere à análise acerca do divórcio entre o veredito e a prova dos autos." (e-STJ, fl. 3.517)

Como se vê, restou assentando pela Corte local que o efeito devolutivo do apelo examinado abarcaria a nulidade, tendo sido modificado apenas o tipo legal correspondente, em aplicação do brocardo milenar *da mihi factum, dabo tibi ius*.

Sem embargo disso, as razões recursais estão baseadas na violação ao enunciado 713 da Súmula do STF, o qual alude, por sua vez, tão só aos fundamentos do apelo para fixar o limite do efeito devolutivo nas sentenças contra decisões do júri. A propósito, confira-se: "O efeito devolutivo da apelação contra decisões do júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição".

Portanto, a dissociação das razões recursais daquilo que foi decidido pela Corte local inviabiliza o conhecimento do recurso especial, ante o óbice da Súmula 284 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator